

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 43/1996 de 14 de Março

Na prossecução da política de habitação definida pelo Governo, a Região Autónoma dos Açores tem vindo a adquirir glebas de terreno que, depois de urbanizadas, se destinam à sua cedência em propriedade plena, em condições de preço que nunca ultrapasse os custos reais dos terrenos e das respectivos infra-estruturas, para empreendimentos relativos à habitação social e à construção de casa própria.

Assim, no uso da faculdade de administrar e dispor do património regional, que lhe é conferida pela alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo resolve:

- 1 - Autorizar os Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública, e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a procederem à cedência, em propriedade plena, segundo as normas constantes da Resolução n.º 91/92, de 11 de Junho, aos interessados em construir casa própria, dos lotes, pertencentes à Região, que integram os terrenos sitos à Rua Beduína Terra Vargas, na freguesia de Ponta Garça, do concelho de Vila Franca do Campo, omissos na respectiva matriz predial, por se destinarem a construção urbana, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca do Campo sob o n.º 01419/Ponta Garça, identificados no mapa anexo à Resolução n.º 106/84, de 12 de Junho, que declarou a sua utilidade pública urgente.
- 2 - A cessão, agora autorizada, de cada um dos lotes de terreno a que alude o número anterior será autorizada por despacho conjunto dos Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, escolhidos que sejam os cessionários, de acordo com as regras constantes da Resolução n.º 91/92, de 11 de Junho.
- 3 - Do despacho conjunto previsto no número anterior, constarão, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a) identificação do cessionário;
 - b) Descrição do lote a ceder;
 - c) Fixação do preço base do lote e da respectiva percentagem a pagar pelo cessionário, nos termos do n.º 3 da citada Resolução n.º 91/92;
 - d) Indicação da entidade ou funcionário que outorgará, na escritura de cessão, em representação da Região Autónoma dos Açores.
- 4 - O modelo geral da minuta das escrituras de cessão será elaborado pelos serviços competentes da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 7 de Março de 1996.- O Presidente do Governo, *Alberto Romão Madrugada Costa*.